

## VOTO EM SEPARADO

Perante a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 87 de 2011 que *“Altera o art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.”*

### 1 - RELATÓRIO

Trata-se de Proposta de Emenda à Constituição, de autoria do Sr. Líder do Governo no Senado Federal, Senador ROMERO JUCÁ, que prevê a prorrogação da Desvinculação das Receitas da União (DRU) de 31/12/2011 até 31/12/2015, bem como realiza ajustes ao texto do Art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Inserida no texto do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias pela Emenda Constitucional nº 27 de 2000, a DRU já foi prorrogada por duas vezes.

### 2 – ANÁLISE

A DRU permite que o governo destine para onde quiser 20% das receitas vinculadas a áreas sociais, tais como a Seguridade Social, que abrange a Previdência, Assistência Social e Saúde. Este mecanismo constou em várias Cartas de Intenção ao Fundo Monetário Internacional, e sempre foi utilizado para o cumprimento das metas de “superávit primário”, ou seja, a reserva de recursos para o pagamento da questionável dívida pública, que já consome cerca da metade do orçamento federal, e que deveria ser auditada, conforme prevê a Constituição de 1988.

Importante ressaltar que a própria justificação da PEC (reiterada no Relatório do Senador Renan Calheiros) afirma que a ausência da DRU *“prejudica a formação de poupança para promover a redução da dívida pública”*, ou seja, o chamado “superávit primário”.

O Relatório do Senador Renan Calheiros tenta argumentar que a Seguridade Social não seria prejudicada pela DRU. Conforme diz o relator,

*“não se pode afirmar que a DRU implique perdas para a seguridade social”.* Porém, o próprio relatório, em trecho posterior, contradiz este argumento:

*“A adoção de um severo programa de ajuste fiscal, em 1999, voltado para a obtenção de superávits primários expressivos impôs a permanência do mecanismo de desvinculação de receitas. Desde aquele exercício, as receitas da seguridade social vêm sendo redirecionadas não apenas para gastos fiscais, mas também para assegurar saldos positivos nas contas públicas, ainda que de modo decrescente.*

(...)

*Na hipótese de não aprovação da prorrogação da DRU, haveria insuficiência parcial de recursos livres para a geração do superávit e/ou atender às despesas discricionárias do orçamento fiscal, já que os recursos de contribuições sociais não podem ser utilizados nessas rubricas.”*

Conforme dados apresentados pela Associação Nacional dos Auditores-fiscais da Receita Federal do Brasil (ANFIP), em 2010 a arrecadação de tributos da Seguridade Social foi R\$ 58 bilhões superior às despesas. Isto significa que grande parte destas receitas, que deveriam ser destinadas obrigatoriamente à Seguridade, são redirecionadas para outros fins (principalmente o “superávit primário”) graças à DRU.

A Tabela 1, apresentada pelo Relator dá a entender que os recursos retirados da Seguridade Social pela DRU retornariam a esta área social. Porém, para tanto, consideram-se - equivocadamente - como despesas da Seguridade o pagamento de aposentadorias e pensões dos servidores públicos, embora este pagamento esteja previsto no Artigo 40 da Constituição, bem distante dos artigos 194 a 204, que regem a Seguridade Social.

Além do mais, o Artigo 201 da Constituição – inserido no Capítulo da Seguridade Social - diz claramente que a *“A previdência social será organizada sob a forma de regime geral”*, ou seja, a Seguridade Social não inclui o Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos.

Já a Tabela 5 admite que nada menos que R\$ 28 bilhões que serão desvinculados pela DRU em 2012 serão destinados ao pagamento da dívida e ao superávit primário. Apesar dessa Tabela sugerir que outros R\$ 35 bilhões desvinculados pela DRU seriam destinados a várias áreas sociais, tais recursos podem também ser contingenciados e, conforme prevê o artigo Art. 13 da Lei 11.943/2009, podendo assim ser destinados ao pagamento da dívida pública.

Portanto, está claro que a DRU prejudica o atendimento às urgentes necessidades do povo brasileiro, que morre nas filas dos hospitais, sofre com o “fator previdenciário” (que reduz e posterga as aposentadorias) e com baixo

valor do salário mínimo, atualmente 4 vezes menor que o mínimo exigido pela Constituição.

A justificativa de que a DRU seria necessária para “viabilizar a queda da taxa de juros, o controle da inflação e a efetivação dessas taxas de crescimento” também não encontra suporte na realidade do país, uma vez que tal desvinculação é praticada há mais de 15 anos e continuamos praticando os maiores juros do mundo, equivalentes a mais que o dobro da taxa aplicada pelo país segundo colocado.

### **3 - VOTO**

Ante o exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela **rejeição** da PEC nº 87, de 2011.

Sala da Comissão,

Senador RANDOLFE RODRIGUES